



A DISCIPLINA INTEGRAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO PEDRO II

LUCIENE MACIEL STUMBO MORAES*

Escola secular, fundada em 1837, recupera, em 1911, o nome Pedro II, após uma longa crise no início da República, quando passou a se chamar Ginásio Nacional. Ao longo de todos esses anos, recebeu gerações de cariocas, e de brasileiros de diferentes regiões, a princípio quase que exclusivamente ligados à elite política e intelectual, e, posteriormente, oriundos de segmentos diversificados da população. Filhos de pequenos comerciantes nos anos 1940, da classe média urbana instruída e liberal nos anos 1950/60, das camadas populares a partir de 1984, quando da implantação do primeiro segmento do ensino fundamental com ingresso na classe de alfabetização feito por sorteio universal. (CAVALIERE, 2011: 187)

As palavras de Cavaliere possibilitam perceber a complexidade e riqueza histórica e social do Colégio Pedro II. Constituindo-se como uma das mais tradicionais e antigas instituições públicas de ensino básico do país. Ao longo de sua história, o Colégio passou por períodos de transformação, ruptura, expansão e modernização sem deixar de lado as heranças e tradições que o tornaram referência no ensino brasileiro; sendo responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e grande influência na sociedade em diferentes períodos históricos. Equiparada atualmente às IFES, desde a sanção da lei 12.677/2012, a instituição conta com 14 *campi*, estando 12 deles localizados no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, além de contar com o trabalho de educação infantil no campus Realengo e com o programa de pós-graduação.

As origens da instituição, segundo Andrade (1999), remontam à primeira metade do século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em concordância com a autora, o Bispo D. Antônio de Guadalupe havia fundado o Colégio dos Órfãos de São Pedro no ano de 1733, por Provisão da Câmara Eclesiástica, transformando-o em Seminário de São Joaquim, em 1739, sendo localizado em antigo casarão da Rua Larga, hoje conhecida como Avenida Marechal Floriano. No ano de 1766, o colégio ganhou novas instalações na Capela de São Joaquim, aproximadamente no local onde se encontra hoje a Unidade Centro do CPPII, dando continuidade à atividade religiosa e intelectual anteriormente iniciada.

Ainda segundo Andrade, no ano de 1818, por ato do Rei D. João VI, o Seminário de São Joaquim foi extinto, passando suas dependências a serem usadas com o objetivo de

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ e professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio Pedro II.

aquartelamento dos soldados do Corpo de Artífices e Engenheiros da Divisão Portuguesa. Em 1821, acatando às rogativas de populares, o Príncipe Regente, futuro imperador D. Pedro I, restabeleceu o antigo Seminário de São Joaquim em seu prédio de origem. No período de Regência Trina, em 1831, o então Ministro do Império José Lino Coutinho alterou o caráter do educandário religioso, implantando a habilitação para o trabalho, em práticas como torneiro, entalhador, litógrafo, e instrução militar para a preservação da ordem pública. (ANDRADE, 1999)

Já por iniciativa do ministro interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, o até então Seminário de São Joaquim se transformou no Imperial Collegio de Pedro Segundo, por meio de um Decreto de 2 de dezembro de 1837. O nome dado à instituição foi uma homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que naquela data completava 12 anos de idade. O primeiro dirigente do colégio foi Frei Antônio de Arrábida, bispo de Anemúria. A inauguração da instituição contou com a presença, do regente e de outros dignitários do Império. Deve-se a Bernardo de Vasconcellos, ainda, a criação do grau e diploma de Bacharel em Ciências e Letras pelo colégio.

O primeiro Estatuto do Colégio Pedro II é datado de 1838. Sua primeira parte era composta por 24 capítulos e abordava o regime literário e científico do colégio; já a segunda parte, dividida em 10 capítulos, abordava o regime econômico¹. Dentre as disciplinas trazidas na tabela de aulas do Estatuto estavam: Gramática Nacional, Latim, Grego, Francês, Inglês, Geografia, História, Retórica e Poética, Filosofia, Matemática (Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria e Mecânica), Astronomia, História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia), Ciências Físicas (Química e Física), Desenho e Música Vocal.

Com a Proclamação da República e a tentativa de “apagamento” das marcas do Império, o Colégio passa a se intitular Instituto Nacional de Instrução Secundária, sofrendo outra alteração de nome para Ginásio Nacional, em 1890.

A reforma da educação Rocha Vaz, conhecida também como João Luiz Alves, por meio do decreto 16.782-A de 13 de janeiro de 1925, criou o Conselho Nacional de Ensino, sendo membros natos os diretores, um catedrático e um dos docentes do Colégio Pedro II, na Seção de Ensino Superior e Secundário. Um detalhe possivelmente interessante é que, até os

¹ O primeiro estatuto da instituição pode ser consultado na íntegra através do link: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/historia_cp2/collecao_leis_1838_parte2.66-101.pdf. Tendo sido acessado para apreciação da autora em 10/01/2017.

anos 50, a validação dos exames dos colégios particulares exigia que seus programas de ensino fossem os mesmos do CPII, intitulado Colégio Padrão do Brasil.

Passados os anos iniciais do Período Republicano, a instituição se reorganizou e voltou a crescer. Desde então, o colégio passou por diferentes ciclos de expansão. O primeiro deles se deu durante a década de 50, tendo a criação das seções escolares. As duas primeiras criadas no ano de 1952, durante o governo de Getúlio Vargas. A Seção Norte foi instalada no Engenho Novo, no antigo prédio do Colégio Independência que se localizava na Rua Barão do Bom Retiro. Mais tarde, o prédio foi ampliado para atender à crescente demanda de estudantes. Já a Seção Sul começou a funcionar no antigo prédio do Colégio Brasil América, na atual Rua Humaitá. Nos idos de 1957, no então governo Juscelino Kubitschek, foi instalada a última seção na Rua São Francisco Xavier, no bairro da Tijuca, no prédio que anteriormente abrigara o Colégio Felisberto de Meneses.

Terminado o primeiro ciclo de desenvolvimento, já no ano de 1967, o CPII foi transformado em autarquia do MEC por meio do Decreto-Lei nº 245. Assim, ganhou autonomia orçamentária, financeira e patrimonial, passando a ser dotado de personalidade jurídica própria; o que lhe atribui certa liberdade de ação. Durante a década de 80, ocorreu nova expansão com a criação das unidades voltadas para os hoje chamados Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A criação dos *Pedrinhos*, como ficaram conhecidas essas unidades de ensino, foi o início da expansão interna do Colégio Pedro II após um período de crise institucional e seu contexto de gestação remonta ainda a década de 70 porque nesta década a escola viu o número de matrículas diminuir e corria o risco de se tornar um estabelecimento que possuía apenas o 2º Grau. No ano de 1979, as seções passaram a ser chamadas de unidades escolares, sendo complementadas com o nome do bairro onde se fixavam e a escola buscava encontrar meios de voltar a ter o esplendor de outrora. O professor Tito Urbano da Silveira, Diretor Geral do Colégio Pedro II, na década de 80, registrou:

Ao assumir, em 1979, a Direção-Geral do Colégio de minha juventude, encontrei-o em fase crítica na implantação de uma nova concepção de ensino médio contida no bojo da lei nº 5.692/71. Impedia sobre ele a ameaça de ser apenas um Estabelecimento de Ensino de 2º Grau, reduzindo-se a três séries somente. Foi possível, logo de início, restaurar as antigas quatro séries finais do Ensino de 1º Grau. Ingressando na 5ª série, os alunos voltariam a ter, pelo menos, sete anos de formação humanística neste colégio. Aproveitando, ainda, aspectos positivos da polêmica Reforma Passarinho, e aceito o desafio de manter, também, as quatro séries de escolarização inicial correspondentes ao antigo Curso Primário, nasceram os Pedrinhos. (CPII - PGE, 1986:3)

Sob o lema o “*Novo Velho Pedro II*”, em 1979, foi realizado o Primeiro Encontro Pedagógico da instituição.

Buscou-se no 1º Encontro Pedagógico minimizar as divergências representadas em torno dos grupos liderados pelos professores catedráticos, que desde a década de 1970 começaram a perder prestígio pedagógico em função da extinção das cátedras. Embora tenham passado a dominar a esfera política e administrativa do Colégio, gozando de regalias com relação ao número reduzido de aulas que ministravam, entraram em embate com os Departamentos Pedagógicos, organizados em torno de cada uma das disciplinas escolares (Ferreira, p. 109). O objetivo do Encontro era colher as sugestões dos professores, [distribuídos por Departamentos] para que ao longo de 1980 fossem implementadas as recomendações e proposições resultantes do Encontro e, finalmente apresentar no ano seguinte o Plano Geral de Ensino (PGE, 1981), o que fortalecia a estrutura pedagógica representada pelos Departamentos, embora muitos desses Departamentos fossem chefiados por ex-catedráticos. (OLIVEIRA, 2006:72)

Neste Primeiro Encontro, concretizado no período de 30 de julho a 4 de agosto do ano de 1979, buscando a participação do corpo docente, a escola objetivou em um contexto de política educacional posta pelo MEC, ratificar o papel que o Colégio Pedro II vinha tendo no cenário nacional, como um possível espaço de operacionalização de políticas. A instituição intentava, ainda, conceber um currículo único, na medida em que um dos objetivos do Encontro seria a elaboração de programas para cada uma das disciplinas que compunham o currículo da escola a serem seguidos em todas as Unidades Escolares, apresentando traços de permanência na história do Colégio Pedro II. Logo, o Plano Geral de Ensino do ano de 1981 apresentava os seguintes objetivos:

- a) elaborar, manter e avaliar inovações metodológicas que permitam ao MEC utilizá-las em benefício de outras áreas brasileiras;*
- b) constituir-se em um laboratório de experiências curriculares, pedagógicas e didáticas que forneçam ao MEC subsídios para a formulação de suas estratégias e políticas educacionais; e*
- c) elaborar programas disciplinares densos de conteúdos que permitam aos jovens terem o entendimento do progresso da ciência, da técnica, da cultura e das relações sociais (CPPI - PGE, 1981:4)*

O encontro de 1979 e suas discussões impactaram o trabalho institucional da década de 80, além disso, outros acontecimentos do período merecem destaque. O primeiro encontra-se relacionado ao crescimento das matrículas no colégio, em função de convênios estabelecidos com a Secretaria Municipal de Educação da época. Já o segundo, ao retorno da tradição dos concursos de seleção para ingresso nas séries finais do antigo 1º grau.

O convênio funcionou por um tempo, mas logo apresentou problemas. (...) Houve pressão sobre as diretoras das escolas municipais e até denúncia de corrupção e venda de vagas. Por isso a estratégia não teve vida longa. Em 1979, assumiu a direção geral do Colégio, o professor Tito Urbano da Silveira que restabeleceu, em primeiro lugar, o acesso ao segundo segmento, utilizando-se de um artifício para

driblar a proibição da seleção. Oferecia o Colégio oportunidade de “continuidade de estudos” no CPII e, havendo número maior de candidatos do que de vagas, o colégio promoveria uma avaliação dos inscritos. (CHAMARELLI, 2011:30)

Acrescenta-se aos acontecimentos anteriores, um fato que marcou a história da instituição e que me interessou mais particularmente no contexto da pesquisa de doutoramento representada como um pequeno recorte neste texto, refiro-me a criação do *Pedrinho*, a época denominado Unidade II², em 1984, destinado a instrução das primeiras séries do então 1º grau. Restabelecido o acesso e garantida a manutenção do Segundo Segmento através de concurso, surgiu a ideia de se criar o Primeiro Segmento dentro do CPII para completar os quadros do colégio, garantindo a entrada de novos alunos.

Buscando superar a profunda crise em que mergulhou nos anos 70, devido ao progressivo esvaziamento de seus quadros discente e docente, talvez motivado pela empobrecida qualidade de sua proposta pedagógica vigente e pela desmotivação de seus profissionais, gerada pelas constantes ameaças de transferência da Instituição, do sistema federal de ensino para o estadual, “vários mecanismos de acompanhamento e controle” foram introduzidos na instituição “com a finalidade de garantir a eficácia do processo pedagógico” (CPII, 2002, p. 382). /.../ Entretanto, uma medida que, indubitavelmente, contribuiu tanto para a revitalização do Colégio, quanto para a ocorrência de sua terceira fase de expansão, foi a criação, a partir de 1984, das Unidades de Ensino do Primeiro Segmento do Ensino Fundamental (na época, da Classe de Alfabetização à 4ª série) (FRANÇA, 2008:79)

No ano de 1983, as *FACTAS* do Colégio Pedro II, já anunciavam para a comunidade escolar a quantidade de vagas disponíveis para as Séries Iniciais para a Unidade São Cristóvão no ano seguinte e previam ainda a expansão deste nível de ensino para outras unidades em momentos posteriores. Então, foi aberto concurso para provimento das vagas destinadas a professores das primeiras séries do 1º grau e em clima festivo, de acordo com o que os documentos apontam, em 29 de março de 1984 o *Pedrinho São Cristóvão* foi inaugurado representando esperança e motivação no reestabelecimento da imagem da escola, mas também o início de algumas tensões como as discussões sobre Sorteio Público de Ingresso e a aceitação por professores antigos e de formação disciplinar de outros segmentos das novas professoras de formação generalista.

Inaugurava-se, no Colégio Pedro II então, uma nova etapa marcada não só pelo acesso de crianças ao quadro discente, como também por uma nova forma de ingresso: o sorteio público. Além disso, junto com as crianças, chegavam as

² Quando o *Pedrinho* foi criado, suas séries eram representadas sob o título de Unidades II, como os documentos institucionais da época comprovam, pois, a escola tinha outra organização administrativa. Durante a década de 90, passamos a encontrar a nomenclatura Unidades I nos documentos institucionais. Identificação esta utilizada até 2012, quando o Pedro II é equiparado aos Institutos Federais de Ensino e passa a dotar a nomenclatura Campus para as antigas Unidades Escolares.

professoras cujo perfil de formação e atuação profissional passava, pela primeira vez, a figurar no quadro de renomados docentes do Colégio, além de serem, no primeiro concurso, todas mulheres. (CHAMARELLI, 2011:33)

A autora citada, em sua dissertação de mestrado, chama a atenção para a questão da contratação de professores e o estabelecimento de tensões por meio de entrevistas que buscaram (re)construir o contexto de criação dos *Pedrinhos*.

Com a criação do primeiro segmento foi necessário contratar professores de 1ª a 4ª. Série de ensino, cuja formação mínima obrigatória era em nível de 2º. grau, contrastando com o perfil docente da instituição até aquele momento. Alguns dos professores e professoras que chegaram ali, convocados por um concurso público estavam recém-saídos do antigo Curso Normal, sem nenhuma experiência de sala de aula e houve até quem não pudesse tomar posse no cargo devido à idade, tendo que aguardar a maioria para assumir seu lugar no serviço público federal. É verdade que havia também aqueles que já tinham atuado como diretores de escolas municipais, mas eram minoria. (...) Ou seja, o grupo era heterogêneo, mas predominantemente jovem. E foram esses professores que construíram o Pedrinho, dando início à trajetória do novo segmento de ensino. Em quase todas as entrevistas esse aspecto foi ressaltado, creditando algumas dificuldades de relacionamento à diferença existente no corpo docente do Pedrinho em relação aos veteranos do Colégio, acrescido de alguma dose de preconceito. (Idem, p.34)

Neste momento ainda não existia um planejamento estruturado e organizado especificamente para essas séries, assim a equipe de professoras recém concursadas, de experiências de formação as mais variadas, ficou responsável por elaborar o currículo. O primeiro Plano Geral de Ensino para a 1ª e 2ª séries do 1º grau foi construído, inicialmente, amalgamando-se as diferentes experiências pedagógicas que os professores traziam diante de diferentes trajetórias profissionais. Contudo, dois anos mais tarde, a Equipe do Laboratório de Currículos, composta por Tomoko Iyda Paganelli, Diva Noronha, Heloísa Villas-Boas, Zuleika Abreu e dirigida por Circe Vital Brasil, por meio de contratos de prestação de serviços, foi chamada pela instituição com o objetivo de elaborar os planos de cada um dos componentes curriculares, bem como realizar cursos de capacitação para os professores (OLIVEIRA, 2006). Além disso, mais tarde, com a chegada dos estudantes vindos das Unidades de Séries Iniciais para cursarem às séries finais do 1º grau, acrescida da chegada de novos professores para as Unidades de diferentes níveis de ensino, tensões curriculares foram sentidas e as possibilidades de reinterpretação dos programas se aprofundaram.

No contexto de criação e expansão dos *Pedrinhos*, já em 1985 era criada a segunda Unidade voltada para as primeiras séries do 1º grau, a saber o *Pedrinho* do Humaitá. Em 1986, o processo de expansão do Primeiro Segmento chega a Unidade Engenho Novo e já em 1987 a Unidade Escolar Tijuca I iniciou as suas atividades, como diferentes documentos

institucionais apontam. Apesar do discurso presente no Plano Geral de Ensino de 1984 afirmar que o *Pedrinho* representava uma implantação experimental, o projeto de expansão já previa a criação das outras unidades de Séries Iniciais desde o início, até porque o concurso realizado aprovou mais do que o quantitativo de professores necessários à criação da primeira unidade e estes foram convocados nos anos seguintes quando da criação das demais unidades de Primeiro Segmento. Logo, os docentes excedentes do concurso de 1984 foram convocados em 1985, e em 1986 realizou-se um novo concurso, cujos excedentes foram convocados em 1987 quando da inauguração da Unidade Tijuca I.

Em 1987, durante as comemorações do Sesquicentenário do Colégio Pedro II, muitos eventos marcaram o fato, como por exemplo, o lançamento de selos comemorativos e sessões solenes com a presença de ex-alunos eminentes. No ano de 1988, com a nova Constituição da República Federativa do Brasil, chamada por Ulisses Guimarães de constituição-cidadã, o nome do Colégio figurava nas Disposições Constitucionais Gerais que assegurava a permanência da instituição na esfera de administração federal, resultado da campanha *Para Sempre Federal* levada a cabo por alunos, funcionários, professores e ex-alunos.

O clamor por um ensino público de qualidade era a palavra de ordem dos movimentos populares em relação à Educação no momento de criação dos *Pedrinhos*. Vinda primeiramente da oposição à ditadura pelos defensores da volta ao estado de direito, tal clamor, entretanto, foi apropriado por outras formações discursivas, e consagrado pela constituição de 88 (BRASIL, 1988). Não se configurando intuito deste texto discutir as constituições ou suas apropriações discursivas, torna-se interessante entender a que formação discursiva se filiava naquele momento os enunciados vinculados a fundação dos *Pedrinhos*. É possível ressaltar ainda que o ensino do CPII foi oficial desde sua gênese, mas nem sempre público e gratuito, como no período imperial, por exemplo. A obrigatoriedade de quota para os pobres pode ser interpretada como uma prova disso (GALVÃO, 2003).

O que cabe ressaltar aqui, seria o jogo que se estabelece no contexto de formação e expansão do *Pedrinho*, permitindo que se entreveja formações discursivas que se filiam e que produzem efeitos de sentido. Tem-se, por um lado, documentos institucionais, cuja superfície textual remetem a um enunciado idealizado e festivo da criação das Unidades Escolares de Primeiro Segmento e, por outro, uma situação de crise vivida pelo Colégio que demandava uma solução para reverter o quadro de esvaziamento de alunos. Além de demandas populares sociais mais amplas que objetivavam a ampliação de ensino público, gratuito e de qualidade.

Entretanto, não tenho como intenção subtrair o mérito do empreendimento ou do professor Tito Urbano, discuto apenas os diferentes contextos envolvidos na criação do *Pedrinho* para que possa entender um pouco melhor aquele momento institucional. Pois, o desejo institucional, representado na figura do professor Tito, de criação e expansão das primeiras séries encontrou contrapartida social e o interesse mútuo do governo federal que investiu nessa criação e expansão com o apoio e investimento em recursos humanos e materiais, o que se tornou observável também na campanha *Pra Sempre Federal* e se consubstanciou na Constituição de 88. Assim, aparentemente, a criação dos *Pedrinhos* foi assentada em uma série de circunstâncias internas e externas a instituição, como os diferentes documentos analisados apontaram.

É preciso que se diga que foi a partir da criação do primeiro segmento que o colégio passou a viver, aos poucos, um momento de expansão, caracterizado pela criação das outras unidades de primeiro segmento e a consequente consolidação do ensino de primeiro grau completo. Destacamos ainda que a criação do primeiro segmento se constituiu num fator de democratização do colégio caracterizado por dois aspectos. Primeiro, pela forma de acesso – o sorteio público – e segundo, pelas novas propostas pedagógicas inseridas no contexto educacional da década de 80 que procurava proporcionar um atendimento mais global dos estudantes, menos discriminatório e seletivo. Tínhamos então as portas do CPII abertas à grande massa que antes não conseguia ingressar devido às difíceis provas de seleção. (CHAMARELLI, 2011:140)

O trecho acima permite perceber traços de como a criação das Séries Iniciais no Colégio Pedro II modifica antigos estatutos da instituição. O sorteio público, por um lado, democratiza o acesso de indivíduos menos favorecidos ao colégio. Por outro lado, a adoção de propostas pedagógicas e formas de perceber o aluno e o aprendizado que ascendiam da plural década de 80, entravam em choque, em certa medida, com antigas heranças e tradições disciplinares do secular colégio. O aluno passa a ser percebido como tributário do processo de aquisição do conhecimento e o professor como agente mediador do processo, concepção adotada no Departamento de Primeiro Segmento.

Foi então, dentro desse departamento, com a adesão de seu Colegiado, que a proposta pedagógica dos “Pedrinhos” foi cunhada, adotando concepções teórico-metodológicas baseadas na teoria psicogenética que, enfatizando o processo de construção do conhecimento pelo aprendiz, e o consequente desenvolvimento de suas funções cognitivas, a partir de sua própria atividade reflexiva e cooperativa, divergia das concepções e práticas pedagógicas tradicionais, de ênfase na transmissão e na acumulação de conteúdos, desenvolvidas, até então, no Colégio. Evidentemente, essa divergência trouxe algumas tensões entre as novas e antigas unidades, que motivaram diversas iniciativas institucionais no sentido de buscar a aproximação e o diálogo entre suas propostas pedagógicas, como reuniões entre Chefes de Departamento, Coordenadores Pedagógicos e professores dos dois segmentos do Ensino Fundamental, e o surgimento de algumas vozes apontando a

necessidade de definição de uma proposta político pedagógica única para todo o Colégio (FRANÇA, 2008:81).

Na busca por construir o trabalho do Primeiro Segmento, ainda no ano de 1984, foi escrito um Plano Geral de Ensino para a 1ª e 2ª séries do Primeiro Grau. O primeiro PGE, contemplou exclusivamente as duas séries que foram as primeiras a serem implantadas, sendo a 3ª série criada apenas no ano seguinte. Neste documento, figuram dados que revelam não só a fundamentação pedagógica, mas a estrutura organizacional e administrativa, além da citação nominal de, desde o Ministro da Educação, passando pelos professores, coordenadores e diretores, chegando até a relação do corpo de funcionários técnico-administrativos responsáveis pelo serviço de apoio à atividade docente. Construído pela equipe de professores selecionada por meio de concurso público para atuar no Primeiro Segmento, realizado em um curto período entre a admissão e o início do trabalho letivo. Como estes docentes eram recém-chegados a instituição e reuniam tendências filosóficas, teóricas e metodológicas as mais diversas, o texto do primeiro Plano Geral de Ensino apresenta características de uma “colcha de retalhos”, com assuntos diversos, portarias e até mesmo os salários da carreira do magistério no Pedro II naquele momento. Outros Planos Gerais de Ensino foram escritos voltados para o Departamento de Primeiro Segmento, sendo o último deles publicado em finais década de 90.

Outra questão proeminente a ser destacada foram as palavras do professor Tito Urbano no PGE de 84, pois refere-se ao tratamento dedicado às professoras recém-chegadas que integravam o primeiro quadro de docentes do Primeiro Segmento da instituição: “o Colégio Pedro II reuniu esforços administrativos, a inteligência e capacidade dessas jovens professoras, autoras deste Plano...” (CPPII - PGE, 1984). O Diretor sentia a necessidade de ressaltar a agência dessas professoras porque as mesmas encontraram muita resistência, recebendo inclusive adjetivos negativos, não só dos professores antigos da instituição, como dos técnicos-administrativos, chegando alguns destes a recusarem os convites para trabalhar nas Séries Iniciais.

Ainda na parte introdutória do documento, constam: a portaria nº 51 de fevereiro de 1984, que cria “em caráter experimental as séries iniciais do 1º grau”, publicada no DOU de 29/02/1984; as tabelas de vencimentos e salários do Magistério de 1º e 2º graus, conforme decreto-lei nº 2079, de 20/12/1983, o organograma da instituição; palavras do secretário de ensino sob o título “Escola e realidade”; a grade curricular das duas séries iniciais; a diretriz de ensino nº 1 do primeiro segmento do 1º grau – que trata da avaliação e da recuperação do processo ensino-aprendizagem; os objetivos educacionais do primeiro segmento do 1º grau; a metodologia do trabalho a ser desenvolvida no 1º segmento; e,

finalmente, os planos de curso das áreas de Comunicação e Expressão, Teatro, Música, Educação Física, Artes plásticas, Integração Social, Iniciação às Ciências e Matemática. (DUQUE, 2010: 80-81)

No trabalho de pesquisa, interessou-me mais particularmente os planos de curso de Integração Social, em PGE's de anos posteriores a área passou a ser chamada de Estudos Sociais. A adoção da disciplina, sua organização e desenvolvimento ao longo dos anos, assim como as narrativas desenvolvidas por esta área de conhecimento foram cuidadosamente exploradas em minha pesquisa de doutoramento, sendo este texto apenas um pequeno recorte. Entretanto, cabe aqui ressaltar que a adoção da disciplina Integração Social na década de 80 representa um marco interdisciplinar na instituição que resistiu a Lei 5.692/71 optando por trabalhar com as disciplinas História e Geografia de maneira distinta na grade curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Torna-se possivelmente interessante destacar que a grade curricular por atividades (CPII - PGE, 1984: 25) não definia carga horária para a disciplina de Integração Social, nem para os demais componentes curriculares considerados de Núcleo Comum – a saber: Língua Portuguesa, Iniciação à Matemática e Iniciação às Ciências. É trazida como enunciado para a superfície textual, a carga horária semanal total de 22h e 30 minutos, definindo apenas os tempos de aula destinados às atividades específicas desenvolvidas por docentes ou profissionais que não pertenciam ao Departamento do Primeiro Segmento – Teatro, Música, Educação Física, Biblioteca e Artes Plásticas. Retirando a carga horária semanal das atividades específicas, o professor de Núcleo Comum contava com o total de 20h semanais para desenvolver as atividades preferencialmente integrando as diferentes áreas na construção do conhecimento.

A seção denominada “*Objetivos educacionais no 1º segmento do 1º grau*” definia que:

A prática educativa do Colégio Pedro II será orientada de modo a levar a criança a reinventar o conhecimento e, encorajada pelo Professor, encontrar por si mesma os modos de resolver problemas que desafiem sua curiosidade e que estimulem sua reflexão.

Nesse contexto, o Educador deixa de ser um mero transmissor de conhecimentos e passa a ser aquele que proporciona à criança a oportunidade de:

- ver e compreender a realidade*
- expressar a realidade e expressar-se*
- descobrir e assumir a realidade de ele mesmo ser elemento de mudança da realidade*

Com a ajuda dos Professores, as crianças irão desenvolver-se, localizando-se com adequação no tempo e nas circunstâncias em que se vive, para chegarem a ser verdadeiramente pessoas, isto é: indivíduos capazes de criar e transformar a realidade em comunhão com seus semelhantes. (CPII - PGE, 1984:28)

O PGE do ano de 1986, ao fazer referência a disciplina Integração Social em relação com a proposta do Laboratório de Currículo dos anos de 1983/1984³ afirma:

Em Integração Social, procura-se enfatizar também o processo de transformação de uma ação perceptiva, físico-motora, concreta, à sua representação mental, suas expressões verbal e/ou gráfica no primeiro momento, a ênfase recai sobre a execução da ação física pela criança no segundo momento, pelo relato, as crianças evocam as ações realizadas, isto é, fazem a representação das ações.

No terceiro momento, a criança realiza a representação gráfica, utilizando símbolos individuais e coletivos.

O relato e o desenho são elementos catalizadores do processo no início, quando a criança ainda não tem pleno domínio da escrita.

A consciência das ações sobre os objetos do mundo corresponde, nas atividades grupais, à consciência da ação de um elemento sobre o grupo. Os pensamentos divergentes e convergentes no grupo devem permitir à criança a percepção do pensamento do outro, diferente do seu.

É por meio de atividades que se tem a possibilidade de efetivar, no cotidiano das aulas, os conteúdos programáticos, a partir das referências acima enfocadas. (CPII – PGE, 1986:174)

Na década de 80, período de redemocratização brasileiro, as práticas escolares estavam sendo repensadas e diferentes propostas e concepções pedagógicas estavam em disputa pelos novos sentidos de brasilidade, cidadania e de sistema educacional que se aspirava construir. O próprio Colégio Pedro II, busca repensar-se. Uma possível interpretação dos Estudos Sociais como instrumento estratégico de esvaziamento disciplinar, vai aos poucos perdendo o sentido que ganhou, sobretudo, durante a década de 70 na instituição em tela. Assim, a resistência a uma disciplina marcadamente escolar, como os Estudos Sociais por meio da releitura de concepções pedagógicas e em um novo momento sócio-histórico pode ser redimensionada. A aproximação com perspectivas pedagógicas que defendiam a interdisciplinaridade e valorizavam como ponto de partida do processo de ensino/aprendizagem a “*realidade do aluno*” reavivaram antigas discussões sobre a disciplina Estudos Sociais presentes no Brasil desde os anos 20. Assim, os objetivos que a área de Integração Social apresentava em 1984, na implementação da proposta dos *Pedrinhos* eram os seguintes:

A área de Integração Social tem como objetivo levar a criança a:

- aprender a ver e a analisar a realidade.

- ter uma atitude de curiosidade, de observação e de crítica diante dessa realidade.

- compreender o passado histórico de sua terra e a sua significação para a vida atual, valorizando e respeitando seu Patrimônio Histórico.

³ Guia de Organização Curricular 1ª a 4ª série. SEEC/RJ. Laboratório de Currículos – 1983/84. Equipe de Estudos Sociais: Aracy do Rego Antunes, Ilmar R. de Mattos, Rachel Socheit, Tomoko Iyda Paganelli.

- ter interesse, admiração e respeito pelas diferentes culturas e pelo valor de sua contribuição para o processo civilizatório, de modo a promover o entendimento entre os povos. (CPII - PGE, 1984:28-29)

A partir do trecho é possível ressaltar algumas fixações de sentidos presentes no documento. Aparentemente, a realidade é percebida como algo dado e único, cabendo ao aluno aprender a vê-la e analisá-la como se esta pudesse ser desvelada. Além disso, a apreensão de passado configurada lembra uma concepção que sugere, principalmente uma perspectiva tradicional e utilitária da História, em que os indivíduos estudam tal disciplina para aprendendo com os fatos importantes do passado, compreender o presente e construir um futuro promissor. Esta forma de pensar tem como base o pensamento positivista, característico do século XIX, podendo levar a uma leitura de mundo evolutiva e principalmente hierárquica que desconsidera as rupturas e descontinuidades dos processos históricos. A própria ideia de processo civilizatório demonstra o desdobramento deste tipo de interpretação de passado e da própria História. Afinal de contas, diante de um ser civilizado, se encontra outro não civilizado e como se dá a definição de regras de civilidade? Pois geralmente o não civilizado é sempre um outro, um não eu, em geral identificado por estar preso a uma temporalidade anterior ou por não dominar certas técnicas. Como promover o entendimento entre os povos, como o próprio documento se propõe, a medida que de antemão se assume uma diferença caracterizada como civilizatória entre eles.

A intencionalidade pedagógica da disciplina Integração Social e as configurações bastantes específicas referentes à seleção e organização de seus conteúdos, permitem problematizações acerca da epistemologia dos conhecimentos históricos e geográficos nos processos de transposição didática (CHEVALLARD, 1991), bem como de uma epistemologia própria referente à disciplina escolar Estudos Sociais. Os Estudos Sociais, desde sua origem no início do século passado, se encontram associados à uma tradição pedagógica cujo modelo fundamentava-se na educação centrada na criança e em sua inserção social. Esse modelo de ensino preocupa-se em integrar conhecimentos destacando sua utilidade e aproximando-os de uma chamada realidade do aluno, forma de pensar que se aproxima dos ideais que integravam a formulação da proposta das Séries Iniciais do Colégio Pedro II. Caracterizando-se pelo estímulo à pesquisa e à preparação para a vida, aproximando o educando do meio em que vive a partir de uma metodologia baseada em métodos ativos, concepção oriunda já nos princípios da Escola Nova.

Sob esse enfoque, os Estudos Sociais representariam uma mudança de abordagem das disciplinas tradicionais – História e Geografia – para atender ao público escolar na perspectiva pedagógica, trabalhando com conteúdos das disciplinas de forma integrada, ou seja, somente com os elementos necessários para aproximar o aluno e tornar conhecido o seu meio ambiente ou a sociedade em que vive. (SANTOS, 2011:238)

Em finais dos anos 80 e início dos anos 90, a forte crise econômica que se estabeleceu no país alterou os rumos de expansão e formação docentes que a escola vinha tomando, o que teve forte impacto pedagógico em todo o Colégio Pedro II, mas em particular e de forma mais visível nas recém-criadas Unidades I. A falta de verbas destinadas à educação pôs fim ao assessoramento dos professores (uma espécie de programa de formação continuada), diminuiu o quantitativo de profissionais que atuavam no planejamento e forçou a um aumento do número de alunos nas turmas

Com a Reforma Administrativa do Governo Collor, em 1991, a estrutura pedagógica foi enxugada, passando a funcionar muito aquém do ideal pensado nos idos de 1984. Foram extintas funções consideradas vitais para a equipe que criou a estrutura das primeiras séries e para a escola como um todo, como por exemplo, a Chefia de Departamento do 1º Segmento, dificultando a integração entre as quatro Unidades I e com o 2º Segmento. Uma tentativa de solução, à época, foi a inclusão do 1º Segmento, que foi criado com um *Currículo por Atividades*, nos Departamentos de 2º Segmento e 2º Grau, que tinha um planejamento por área de estudos. Entretanto ocorreram conflitos e divergências de pensamento e tensionamentos pedagógico-políticos.

O ano de 1992 se iniciou, ainda, com a diminuição do corpo de Coordenadores Pedagógicos e com a carga horária dos docentes em turma estabelecida no máximo, o que associado a ausência da Chefia de Departamento dificultou o planejamento do trabalho pedagógico. Além disso, os *Pedrinhos* perderam temporariamente o cargo de Diretor, passando a ter apenas um Coordenador Setorial que, apesar de continuar com as mesmas atribuições anteriormente realizadas, passou a ocupar no quadro de função gratificada da instituição um nível abaixo do diretor das unidades de 2º Segmento e 2º Grau. Em junho de 1993 foi realizado um plebiscito junto ao corpo docente do 1º Segmento que apontou para a recriação da Chefia de Departamento, cuja consulta para escola foi marcada para o final do primeiro semestre de 1994. Outra questão marcante para consolidar e aprofundar o trabalho do 1º Segmento foi a possibilidade de os docentes optarem pela Dedicção Exclusiva. Tal

possibilidade só se tornou uma realidade alguns anos após a legislação que permitiu essa opção.

Cabe ressaltar que após a expansão da década de 80, pode-se considerar que o mais recente ciclo de expansão da instituição se deu nos primeiros anos deste século, sobretudo, entre os anos de 2004 e 2010, com a criação de unidades escolares em Realengo e nos municípios de Niterói e Duque de Caxias. A Unidade Realengo foi a oportunidade do Colégio se fazer presente na Zona Oeste (RJ), começando a funcionar de forma provisória em 6 de abril de 2004, inicialmente em uma escola municipal e, no ano seguinte, em um centro comunitário cedido pela paróquia local. No início de 2006, a Unidade Realengo foi transferida para uma área onde no passado funcionava uma fábrica de cartuchos do Exército. Inicialmente tombada pelo município e depois cedida pelo Governo Federal ao Colégio Pedro II, a construção passou por reformas para abrigar a nova unidade, inaugurada oficialmente em 2007 pelo então presidente Lula. No ano de 2010, começou a funcionar no mesmo complexo a Unidade de Realengo I.

A Unidade Realengo I foi inaugurada mais tardiamente em 2010 com turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental. Passou a ofertar turmas do 3º ano, em 2011; do 4º ano, em 2012; e do 5º ano, em 2013 progressivamente. Sendo a última unidade dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a ser criada. A criação de Realengo I foi acompanhada de debates no Departamento de Primeiro Segmento porque em um primeiro momento foram deslocados professores de outras unidades gerando dificuldades operacionais por falta de professores nessas unidades de origem. A falta de professores que passou a ser um problema nas diferentes Unidades I acabou por ser solucionada com contratos temporários até novos concursos públicos para provimento de cargos do magistério serem realizados.

Neste texto procurei (re)visitar um breve e sucinto histórico do Colégio Pedro II e do contexto de criação e expansão dos *Pedrinhos*, demonstrando diferenças tanto de contexto sócio histórico, como das próprias condições internas dadas para acesso de alunos, formulação do currículo e contratação de professores. Além de abordar o processo de implantação da disciplina Integração Social como uma escolha realizada de forma fundamentada pelos membros da instituição. Tais aspectos contribuíram para a compreensão de enunciados melhor desenvolvidos em minha tese de doutorado - da qual este texto representa um sucinto recorte - que atestam não só o lugar diferenciado que o *Pedrinho* ocupa

dentro da instituição, mas também o espaço de discussões que permitiu a escolha pela disciplina Estudos Sociais dentro de uma nova proposta teórico-metodológica da instituição.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz, *Colégio Pedro II: Um Lugar de Memória. Tese* (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

CAVALIERE, Ana Maria. *O Colégio Pedro II encontra o século XXI*. Revista Contemporânea de Educação, [S.l.], v. 3, n. 6, dez. 2011. ISSN 1809-5747. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1549>>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

CHAMARELLI, Marta Alarcon. *E ao Pedrinho: tudo ou nada? Construindo uma memória possível*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHEVALLARD, Y. *La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Argentina: Editora Aique, 1991.

COLÉGIO PEDRO II. *Plano Geral de Ensino*. São Cristóvão/RJ, 1981.

_____. *Plano Geral de Ensino*. Primeira e segunda séries do 1º grau. São Cristóvão/RJ, 1984.

_____. *Plano Geral de Ensino*. Primeiro Segmento do 1º grau. São Cristóvão/RJ, 1986.

DUQUE, Míriam Moreira. *Laboratório de Ciências: um espaço de descobertas - Um olhar sobre a experiência do Colégio Pedro II na implantação da proposta curricular para o ensino de ciências nas séries iniciais*. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Nilópolis/RJ, 2010.

FRANÇA, Márcia Maria Granja. *Idas e vindas do processo de implementação de um programa de avaliação formativa no Colégio Pedro II*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. *A jubilação no Colégio Pedro II, que exclusão é essa?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

OLIVEIRA, Ana de. *A disciplina escolar História no Colégio Pedro II: reinterpretaciones curriculares dos anos de 1980 aos primeiros anos do século XXI*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Rio de Janeiro: UERJ/PROPED, 2006.



SANTOS, B. B. M. D. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, Mauad X: Faperj, 2011.